

## **Processo Nº: 0586009-87.2008.8.09.0134**

### **1. Dados Processo**

Juízo.....: Quirinópolis - 1ª Vara Cível

Prioridade.....: Metas CNJ

Tipo Ação.....: PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Processo de  
Conhecimento -> Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão -> Cumprimento de  
sentença

Segredo de Justiça.....: NÃO

Fase Processual.....: Execução

Data recebimento.....: 11/12/2008 00:00:00

Valor da Causa.....: R\$ 20.000,00

### **2. Partes Processos:**

Polo Ativo

COMERCIAL DE TECIDOS TELAVIVE LTDA ME

Polo Passivo

JABENY SALUSTINO BEZERRA

PRISCILLA GABRIELA BEZERRA



Estado de Goiás  
**Poder Judiciário**  
Comarca de Quirinópolis  
Gabinete 1ª Vara Cível

Autos nº: **0586009-87.2008.8.09.0134**

**DECISÃO**

Cuida-se de ação de recuperação judicial/falência da empresa **COMERCIAL DE TECIDO TELAVIVE LTDA**, proposta dia 11 de dezembro de 2008, atualmente administrada judicialmente pelo Sr. Hamilton Martins Ribeiro.

Em decisão de evento nº 6, o juízo determinou a convolação da recuperação judicial em falência e estabeleceu as seguintes ordens: I) a intimação do administrador-judicial para assinar termo de compromisso e desempenhar o cargo legal; II) a intimação da empresa falida para apresentar a relação nominal dos credores; III) a suspensão do curso da prescrição de todas as ações ou execuções em trâmite contra a empresa falida; IV) a proibição da prática de qualquer ato de disposição ou oneração de bens da falida, expedindo ofícios à União, Estado, Município, Fazendas Públicas, Banco Central, DETRAN, Receita Federal e JUCEG; V) a expedição de ofício à JUCEG para que proceda a anotação de falência no registro da empresa falida; VI) a intimação do administrador-judicial para que manifeste sobre a necessidade de lacração do estabelecimento empresarial; e VII) a intimação do administrador-judicial para que apresente extratos atuais de contras judiciais vinculadas aos autos.

No evento de nº 63, o administrador-judicial juntou aos autos o extrato da conta judicial 2100110019841, onde foram realizados 30 (trinta) depósitos.

Adiante, em petição de evento nº 67, o administrador-judicial anexou ao processo o relatório com a relação nominal de credores e informou a desnecessidade de lacração do estabelecimento. Por fim, informou que aguarda as providências do cartório do juízo para assinar o termo de compromisso.

Por sua vez, a JUCEG informou a alteração do status da empresa para "falida". (evento nº 79)

Ademais, o Município de Quirinópolis, o DETRAN, a Receita Federal e a JUCEG (eventos 102, 92, 86 e 79, respectivamente,) manifestaram ciência quanto a proibição de qualquer ato de disposição ou oneração de bens da falida.

Edital de intimação de terceiros interessados publicado em evento nº 103.

Despacho proferido em evento nº 112, determinando a expedição de ofícios às instituições financeiras (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco Bradesco e Itaú) para que, apresentem extratos atuais de contas judiciais vinculadas aos autos.

Termo de compromisso assinado em evento nº 122.

Ofício respondido pelo Banco do Brasil, colacionado o extrato dos depósitos judiciais realizados nos

Valor: R\$ 20.000,00  
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Processo de Conhecimento -> Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão -> Cumprimento de sentença  
QUIRINÓPOLIS - 1ª VARA CÍVEL  
Usuário: HIAN MATHEUS CORREA MIRANDA - Data: 19/01/2026 17:07:34

autos. (evento nº 123)

Despacho de evento nº 131 determinou a intimação da autora e dos credores habilitados para se manifestarem a respeito da destituição do administrador-judicial.

Em petição de evento nº 162, a empresa falida pugnou pela manutenção do administrador-judicial.

Na decisão de evento n.º 166, o juízo determinou a expedição de ofícios e a realização de diligências pelo administrador-judicial.

Por sua vez, a União compareceu aos autos, informando a existência de débito tributário no valor de R\$ 473.728,04, pugnando pela instauração de incidente de Classificação de Crédito Público. (evento n.º 199)

Na manifestação de evento n.º 212, o Ministério Público pugnou por derradeira intimação do administrador-judicial para promover o andamento do feito.

Intimado, o administrador-judicial compareceu aos autos, manifestando-se ao evento n.º 218.

Por sua vez, o Ministério Público pugnou pela destituição do administrador-judicial. (evento n.º 221)

No despacho de evento n.º 223, o juízo determino a intimação da parte autora e dos credores para se manifestarem sobre a aplicabilidade da destituição do administrador-judicial.

Intimado, todos se mantiveram inertes. (evento n.º 265)

É o relato do necessário. **Fundamento e DECIDO.**

Compulsando os autos, observa-se que a demanda tramita desde 2008 e, após a convolação da recuperação judicial em falência até a presente data não há um significativo avanço no procedimento em razão do descumprimento das determinações por parte do síndico nomeado anteriormente.

Dessa feita, considerando que todos os credores, até então nomeados, não tiveram interesse no cumprimento do encargo, entendo que para a conclusão do feito com maior celeridade, é necessária a nomeação de outro administrador, diverso do quadro de credores, a fim de que o processo tenha seu curso normal para a solução do litígio.

Nesse contexto, **DESTITUO** o síndico nomeado na decisão de evento n.º 06 e **NOMEIO** como administrador-judicial em substituição o Felipe Denki Belém Pacheco, inscrito na OAB/GO nº 34.021, telefones (62) 3924-5076 e (62) 9 8148-4489, que deverá ser intimado para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, assinar o termo de compromisso e fielmente desempenhar o encargo assumindo todas as responsabilidades inerentes à qualidade de administrador, devendo, imediatamente, cumprir as determinações contidas nas decisões de evento n.º 06 e 166.

Fixo a remuneração do síndico nomeado no patamar de 2% (dois por cento) do ativo da massa falida, ou, não havendo bens e valores arrecadados, a remuneração será oportunamente arbitrada ao final do processo, na forma do Decreto-Lei 7.661/45, levando em conta sua diligência, o trabalho desenvolvido e a responsabilidade da função.

Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, ouça-se o Ministério Público, no prazo legal.

Intime-se. Cumpra-se.

Quirinópolis, datado e assinado digitalmente.

**ADRIANA MARIA DOS SANTOS QUEIRÓZ DE OLIVEIRA**

Juíza de Direito

Valor: R\$ 20.000,00  
PROCESSO CIVEL E DO TRABALHO -> Processo de Conhecimento -> Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão -> Cumprimento de sentença  
QUIRINÓPOLIS - 1ª VARA CIVEL  
Usuário: HIAN MATHEUS CORREA MIRANDA - Data: 19/01/2026 17:07:34